



VI Jornadas dos Recursos Hídricos

9 e 10 de Janeiro de 2018

Auditório da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro do Politécnico de Setúbal

Desafios da Governança da Água em Portugal

Face aos 12 Princípios Preconizados pela OCDE

Francisco Nunes Correia



Departamento
de Engenharia Civil
Arquitetura e Georrecursos

VI jornadas dos recursos hídricos
governança, planeamento e gestão da água

Um ponto de partida. . .

A gestão da água é um “animal” com “duas pernas” **infraestrutura & governança !**

(John Briscoe – World Bank e Harvard University)



... e o que é a governança?

OECD 2015

A governança da água consiste no conjunto de disposições políticas, institucionais e administrativas, de práticas e de procedimentos (formais e informais) através dos quais as decisões são tomadas e implementadas, as partes interessadas podem articular os seus interesses e fazer com que as suas preocupações sejam tidas em conta, e os decisores são considerados responsáveis e estão sujeitos a escrutínio



Governança

Um conceito com 3 componentes

Quem e para quem?

Protagonistas
e Instituições

Como e para quê?

Princípios
para a
Governança

Governança
da Água

Quais são os INDICADORES?

Desempenho

(Fonte: UNDP, 2013)



A gestão da água é muito mais do que uma simples questão técnica ou de construção de infraestruturas!



Muitos problemas ficam por resolver, não porque nos altem soluções tecnológicas, mas antes porque existem dificuldades e estrangulamentos nos planos social e institucional que tornam o necessário processo de decisão muito complexo



A formulação de políticas de recursos hídricos visa:



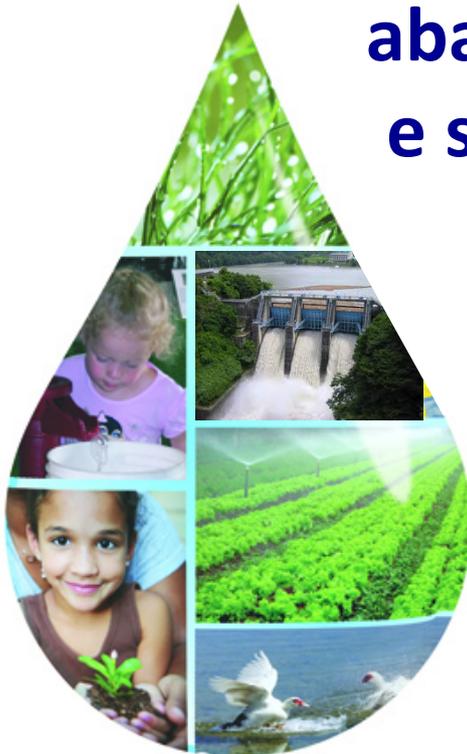
Complexidade e elementos contextuais da formulação das políticas da água
(Projecto EUROWATER)

Gestão dos Recursos Hídricos:

**Como compatibilizar todos os usos
em quantidade e qualidade
no espaço e no tempo
com um recurso
que é renovável
mas limitado**



**O grande desígnio do século XXI:
Segurança Hídrica**



abastecimento e saneamento

saúde e higiene

rega

produção de alimentos

energia

renováveis e não renováveis

serviços dos ecossistemas

conservação da natureza

O grande desígnio do século XXI:
Segurança Hídrica



*A água é um fio que
liga todo o ambiente e
desenvolvimento*

*Uma visão global
e integrada é sempre
necessária!*

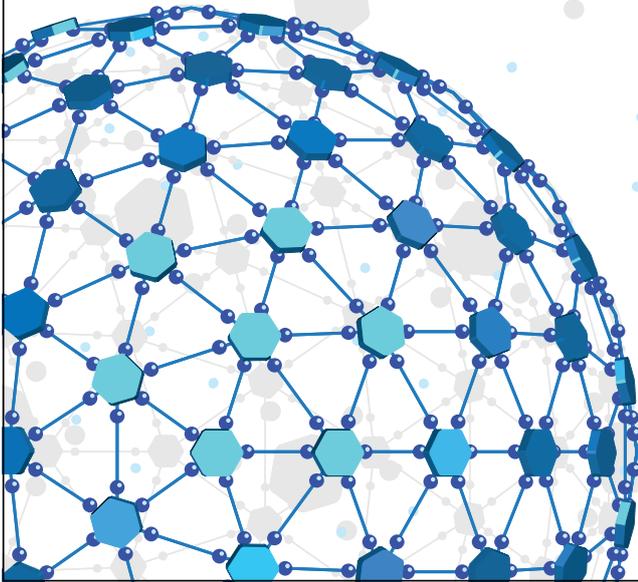
O grande desígnio do século XXI:
Segurança Hídrica



OECD Principles on Water Governance

Welcomed by Ministers at the OECD Ministerial
Council Meeting on 4 June 2015

Directorate for Public Governance and Territorial Development



**O resultado de um
longo processo,
que constitui um
marco e que se
iniciou em 2010 !**

- **Análise pela OCDE
da governança da água em
17 países da OCDE &
13 países Latino-Americanos**

A OCDE definiu os Princípios de uma Boa Governança (aprovados no Conselho Ministerial de Julho de 2016)



Grandes desígnios da gestão da água



Eficácia

diz respeito à contribuição da governança para a definição de metas e objetivos, claros e sustentáveis, para as políticas da água a todos os níveis de governo, para a prossecução desses objetivos e para o cumprimento das metas desejadas.

Grandes desígnios da gestão da água



Eficiência

diz respeito à contribuição da governança para a maximização dos benefícios de uma gestão sustentável da água e bem-estar associado, tendo em atenção o menor custo possível para a sociedade.

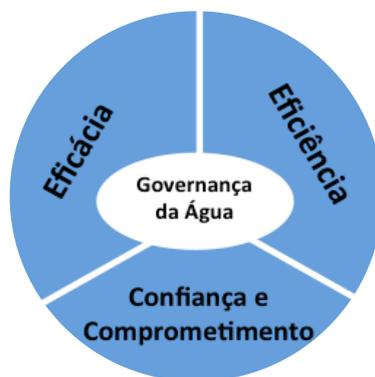
Grandes desígnios da gestão da água



Confiança e Comprometimento

dizem respeito à contribuição da governança para o reforço da confiança do público e para garantir a inclusão das partes interessadas através de mecanismos de legitimação democrática e de equidade para a sociedade como um todo.

Os 12 princípios para a boa governança



Os 12 princípios para a boa governança



Os 12 princípios para a boa governança



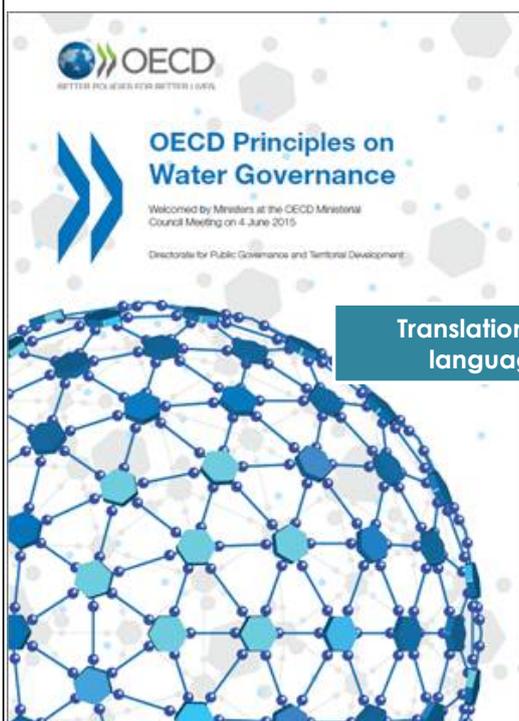
Os 12 princípios para a boa governança



Os 12 princípios para a boa governança



Disponíveis no *site da OCDE* em 15 línguas!



Translation in 15 languages

- 
English
- 
French
- 
German
- 
Spanish
- 
Portuguese
- 
Italian
- 
Dutch
- 
Greek
- 
Korean
- 
Turkish
- 
Hebrew
- 
Japanese
- 
Chinese (Mandarin)
- 
Russian
- 
Hindi
- + **Arabic**

Para melhorar a **eficácia** da governança da água:

Princípio 1

Atribuir com clareza e de forma distinta os *papeis e responsabilidades* na formulação de políticas da água, na sua implementação, na gestão operacional e na regulação, e promover a coordenação entre as várias autoridades responsáveis

Princípio 2

Gerir a água na(s) *escala(s) apropriada(s)* no âmbito de sistemas de governança de bacia de forma a refletir as condições locais, procurando a coordenação entre as diferentes escalas

Princípio 3

Encorajar a coerência das políticas através de uma efetiva *coordenação entre setores*, especialmente entre as políticas da água e as do ambiente, saúde, energia, agricultura, indústria, planeamento territorial e uso do solo

Princípio 4

Adaptar o nível de *capacitação* das autoridades responsáveis à complexidade dos desafios que têm de ser enfrentados no domínio da água e ao conjunto de competências que são necessárias para o desempenho das suas obrigações

Para melhorar a **eficiência** da governança da água:

Princípio 5

Produzir, atualizar e partilhar atempadamente *dados e informação* consistente, comparável e politicamente relevante para as políticas da água e com ela relacionados, e usá-los para orientar, avaliar e melhorar essas políticas

Princípio 6

Assegurar que os sistemas de governança ajudam a mobilizar financiamento para a água e atribuir *os recursos financeiros* de uma forma eficiente, transparente e em tempo útil

Princípio 7

Assegurar que *quadros regulatórios* sólidos para a gestão da água são efetivamente implementados e o seu cumprimento garantido tendo em vista o interesse público

Princípio 8

Promover a adoção e implementação de *práticas inovadoras de governança da água* por todas as autoridades responsáveis, níveis de governo e partes interessadas relevantes

Para melhorar a **confiança** e o **comprometimento** da governança da água:

Princípio 9

Generalizar práticas de *integridade e transparência* em todas as políticas, instituições e quadros de governança da água de forma a melhorar a responsabilização e aumentar a confiança nos processos de decisão

Princípio 10

Promover o *comprometimento das partes interessadas* de forma a obter contribuições informadas e orientadas para os resultados na formulação e implementação das políticas da água

Princípio 11

Encorajar quadros de governança da água que ajudem a gerir *compromissos equilibrados* entre os múltiplos usos da água, entre áreas urbanas e rurais e entre diferentes gerações

Princípio 12

Promover uma adequada e regular *monitorização e avaliação* das políticas e da governança da água, partilhando os resultados com o público e fazendo ajustamentos quando necessário

Destaques em Portugal

Para melhorar a **eficácia** da governança da água:

Princípio 2

Gerir a água na(s) *escala(s) apropriada(s)* no âmbito de sistemas de governança de bacia de forma a refletir as condições locais, procurando a coordenação entre as diferentes escalas

Para melhorar a **eficiência** da governança da água:

Princípio 5

Produzir, atualizar e partilhar atempadamente *dados e informação* consistente, comparável e politicamente relevante para as políticas da água e com ela relacionados, e usá-los para orientar, avaliar e melhorar essas políticas

Para melhorar a **confiança** e o **comprometimento** da governança da água:

Princípio 12

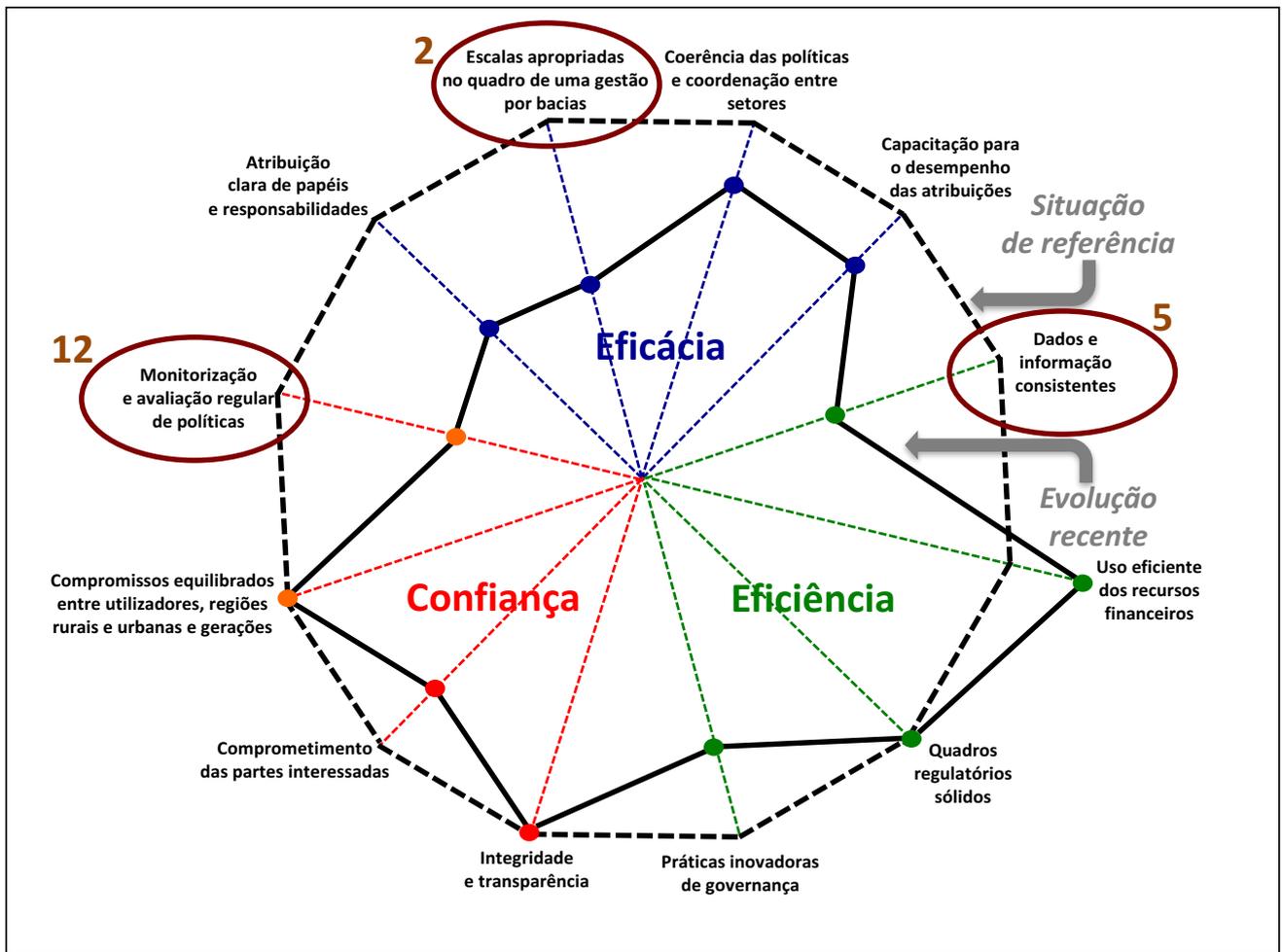
Promover uma adequada e regular *monitorização e avaliação* das políticas e da governança da água, partilhando os resultados com o público e fazendo ajustamentos quando necessário

Os 12 Princípios da OCDE podem constituir uma base para avaliar a evolução numa dada sociedade

Como evoluiu a governança dos recursos hídricos em Portugal nos últimos anos?

Evolução da Governança da Água em Portugal nos últimos 6 anos

	Princípios de Boa Governança (Abreviados)	Evolução Recente	Observações
Eficácia	1 Atribuição clara de papéis e responsabilidades	--	Apagamento do conceito e da presença de uma "Autoridade Nacional da Água"; Interfaces mal definidos com setores utilizadores, nomeadamente serviços de água
	2 Escalas apropriadas no quadro de uma gestão por bacia	--	Apagamento e subalternização das ARIH's enquanto entidades responsáveis da gestão por região hidrográfica; Deriva centralista e fronteiras equívocas com municípios e CCDR's
	3 Coerência das políticas e coordenação entre setores	-	Algum apagamento da política de recursos hídricos enquanto política transversal e algum apagamento de órgãos relevantes para a articulação intersectorial como o CNA e CRH's
	4 Capacitação para o desempenho das atribuições	-	Diminuição dos recursos humanos afetos à gestão dos recursos hídricos a nível central e regional e alguma delapidação do importante "know how" que o País possuía em várias áreas
Eficiência	5 Dados e informação consistentes	--	Situação grave em termos de informação de base, nomeadamente o SNIRH e a rede em que se apóia. Persistentes promessas de melhoria que aguardam concretização
	6 Uso eficiente dos recursos financeiros	+	A crise e o resgate vieram trazer uma maior consciência da necessidade de usar os recursos de com eficiência. Contudo, a crise foi pretexto para medidas que nada tinham a ver com isso.
	7 Quadros regulatórios sólidos	+ -	O quadro regulatório relativo aos serviços de água aperfeiçoou-se. Outros quadro regulatórios mantiveram-se basicamente inalterados.
	8 Práticas inovadoras de governança	-	Perderam-se algumas práticas de e-government e as únicas inovações consistiram em fazer regredir os avanços da Lei da Água usando o falso pretexto da crise
Confiança e Comprometimento	9 Integridade e transparência	+ -	Não se registaram alterações significativas
	10 Comprometimento das partes interessadas	-	O apagamento das entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, nomeadamente a nível de bacia, não contribuiu para um maior comprometimento dos "stakeholders"
	11 Equilíbrio justo entre utilizadores, regiões rurais e urbanas e gerações	+ -	As questões da equidade intersectorial, regional ou intergeracional raramente são explicitadas na formulação das políticas, mas não terá havido alterações significativas
	12 Monitorização e avaliação regular de políticas	--	As políticas e os modelos de governança em Portugal tendem a ser feitos e desfeitos sem qualquer avaliação minimamente cuidada do seu desempenho e pertinência
Legenda Evolução registada: ++ muito positiva, + positiva, + - sem alteração significativa, - negativa, -- muito negativa			



Desígnio Princípios	Evolução ou retrocesso ocorrido		Retrocesso negativo máximo	Manutenção (ou <i>status quo</i>) Situação de Referência	Evolução positiva máxima	
					Situação de Referência	Evolução Ocorrida
Eficácia	1	0.5	0.5	1.0	4.0	2.5
	2	0.5	0.5	1.0		
	3	0.75	0.5	1.0		
	4	0.75	0.5	1.0		
Eficiência	5	0.5	0.5	1.0	4.0	3.5
	6	1.25	0.5	1.0		
	7	1.0	0.5	1.0		
	8	0.75	0.5	1.0		
Confiança	9	1.0	0.5	1.0	4.0	3.25
	10	0.75	0.5	1.0		
	11	1.0	0.5	1.0		
	12	0.5	0.5	1.0		
Totais		9.25	6.00	12.00		

Cinco questões/dilemas que urge clarificar :

- 1. Recursos hídricos *versus* ambiente**
- 2. Recursos hídricos *versus* serviços de água**
- 3. Bacias hidrográficas *versus* unidades político-administrativas**
- 4. Sustentabilidade financeira *versus* dependência de fundos comunitários e de transferências do OE**
- 5. Gestão coordenada *versus* versão conjunta das bacias Luso-Espanholas**



VI Jornadas dos Recursos Hídricos

9 e 10 de Janeiro de 2018

Auditório da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro do Politécnico de Setúbal

Muito Obrigado !



Departamento
de Engenharia Civil
Arquitetura e Georrecursos

VI jornadas dos recursos hídricos
governança, planeamento e gestão da água